ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Prisão e medo: problemas urbanos nas franjas da cidade

Autores:
Bárbara Bruna Araújo Bezerra - UFRN - barbaraaraujobezerra@gmail.com
Cláudio Roberto de Jesus - UFRN - claudiorobertojesus@gmail.com
Rodrigo Figueiredo Suassuna - UFRN - suassuna.rodrigo@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho pretende discutir de que forma determinados equipamentos públicos, criados para tentar solucionar problemas urbanos, alteram o cotidiano de grupos que vivem nas franjas da cidade. Mais especificamente, trata-se de analisar os impactos da construção do presídio de Alcaçuz no município de Nísia Floresta, região metropolitana de Natal/RN. Sendo assim, se objetiva compreender os condicionantes da criação do presídio, tendo em vista não só a questão do super encarceramento, mas, principalmente, sob a ótica da negação da cidade em lidar com seus problemas, isto é, passou-se a construir presídios fora dos centros urbanos por uma questão de "segurança". Em um segundo momento, será dada atenção para a história de formação da comunidade vizinha ao presídio: a Comunidade de Hortigranjeira. Além disso, serão analisadas as relações que ela desenvolve com o espaço local e sua interface com os aglomerados vizinhos e com a cidade de Natal.

PRISÃO E MEDO

Problemas urbanos nas franjas da cidade

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir de que forma determinados equipamentos públicos, criados para tentar solucionar problemas urbanos, alteram o cotidiano de grupos que vivem nas franjas da cidade. Mais especificamente, trata-se de analisar os impactos da construção do presídio de Alcaçuz no município de Nísia Floresta, região metropolitana de Natal/RN. O massacre que ocorreu em janeiro de 2017 em Alcaçuz colocou o presídio na mídia nacional e internacional por causa da barbárie ocorrida e das péssimas condições da situação carcerária no estado. Chamou atenção também, ainda que em menor grau, o fato de que ao lado do presídio havia uma quantidade significativa de casas, comércio, igrejas e posto de saúde.

Durante o período de tensão e conflitos que ocorriam no interior da penitenciária, familiares de presos se aglomeraram nas duas principais entradas a espera de notícias. Passaram dias na expectativa de notícias, ao mesmo tempo em que lançavam mão de estratégias para permanecer nas imediações de Alcaçuz. O difícil acesso ao local só permitia o deslocamento diários dos familiares que possuíam automóvel particular. Sendo assim, parte dos familiares pernoitavam em casas e quartos alugados informalmente. Entre protestos diários, orações aflitas e refeições improvisadas, revelou-se uma rede de relações que tomavam o espaço do entorno de Alcaçuz como referência e que se estendiam para dentro dos altos muros do presídio.

Do lado de fora, um olhar mais atento revela uma rua de terra que conduz a uma aglomeração de casas, comércio estabelecido e edificações de outro uso. Tendo em vista que a penitenciária de Alcaçuz foi inaugurada em 1998, o observador apressado conclui que tal aglomeração é fruto do poder de atração do presídio. Alcaçuz é o maior presídio do estado do Rio Grande do Norte e quando foi construído tinha capacidade para abrigar em torno de 620 presos, sendo que a superlotação se tornou fato comum em pouco tempo. Hoje, após a reforma posterior ao massacre, a lotação passou para pouco mais de 1.000 detentos, mas a população é de quase o dobro. Tendo em vista que a população carcerária é composta de pessoas de várias partes do estado, era de se supor que aquela aglomeração se formou em função do presídio.

Há um comércio imediatamente vizinho a Alcaçuz que tem como público principal as pessoas que visitam presos, são restaurantes, vendas e ambulantes. Esse foi nosso ponto de partida para entender como se formou aquela aglomeração de casas, porém quando

questionados sobre quem habita aquelas residências, logo veio à tona a história da Comunidade Hortigranjeira. Supreendentemente, antes da construção do presídio, havia ali uma comunidade de produtores rurais, estabelecidos por meio de um programa do governo do estado, desde 1980. O que surpreende é o fato de que o Estado, no afã de resolver os problemas decorrentes da existência de presídios nas cidades, resolve construir um grande equipamento de segurança fora da cidade, mas bem ao lado de uma comunidade já estabelecida.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo compreender os condicionantes da criação do presídio de Alcaçuz, tendo em vista não só a questão do superencarceramento, mas, principalmente, sob a ótica da negação da cidade em lidar com seus problemas. Assim como os resíduos sólidos produzidos nos centros urbanos são destinados às franjas da cidade, criando problemas ambientais que ficam invisíveis para os citadinos, em tempos recentes passou-se a construir presídios fora dos centros urbanos por uma questão de "segurança". Em um segundo momento, será dada atenção para a história de formação da Comunidade Hortigranjeira, as relações que se desenvolvem com o espaço local e sua interface com os aglomerados vizinhos e com a cidade de Natal.

A comunidade nasce da demanda da cidade de Natal por alimentos e expressa uma forma de planejamento que as franjas da cidade serviriam como cinturão verde, abastecendo os núcleos urbanos com a manutenção de uma vida camponesa. Por fim, será feita uma análise preliminar dos impactos causados pela construção do presídio na comunidade, especialmente no que diz respeito a mudança no cotidiano da comunidade, novos moradores, o estigma criado pela presença de Alcaçuz e aspectos relacionados às formas de violência que passam a fazer parte da vida dos moradores.

OS CAMINHOS QUE LEVARAM ATÉ A PENITENCIÁRIA DE ALCAÇUZ

A Penitenciária Dr. Francisco Nogueira Fernandes, vulgo Penitenciária Estadual de Alcaçuz, está localizada no município de Nísia Floresta, e foi inaugurada em 26 de março de 1998. Atualmente, é a maior e mais populosa penitenciária estadual masculina do Rio Grande do Norte. Para melhor compreender a sua história, serão relembrados alguns acontecimentos marcantes do sistema prisional do estado que desencadearam na construção de Alcaçuz.

O ponto de partida é o ano de 1911, quando foi inaugurada a Casa de Detenção de Natal. A construção dessa penitenciária trazia muita expectativa, pois esperava-se que ocorressem mudanças nas unidades prisionais da cidade, começando pelo fato de que os presos eram distribuídos em celas, algo nunca feito antes nas prisões da cidade. Além disso, como as celas ficavam em torno de um pátio central[1], os agentes tinham melhor visibilidade

[1]Destaca-se a similaridade dessa estrutura com a do panóptico, a qual consiste em um prédio em que as celas ficam ao redor de um pátio central, onde os agentes de segurança ocupam um espaço no centro com total visibilidade das celas, porém os presos não sabem quando estão sendo observados. Segundo o criador desse

dos presos, e havia mais circulação de vento e entrada de luz no ambiente, o que dava melhores condições ambientais para os apenados.

Um dos objetivos da nova penitenciária também era fornecer formas de trabalho aos presos, mas segundo o governador da época, Alberto Maranhão, as oficinas de trabalho permaneciam inativas em razão da falta de aparelhos adequados para tal realização. Só em 1929, já no governo de Juvenal Lamartine, se teve registro que os presos estavam trabalhando com o plantio de hortaliças.[2]

A Casa de Detenção estava localizada no bairro de Cidade Nova, mais especificamente no Monte Petrópolis. Tal bairro estava em crescimento – com o aumento no número de residências e comércios –, ou seja, a prisão não só funcionava dentro da cidade como também estava em uma área de expansão e, salienta-se, que passou a ser habitada pela elite de Natal. O bairro passou por um processo de produção do espaço visando a ocupação pelas pessoas mais ricas, porém isso não impediu a presença de pessoas mais humildes. Segundo Silva (2015):

> "Os altos preços das taxas de aforamento e as normas instituídas para a sociabilidade no bairro, próprias dos grupos mais abastados, configuravam "fronteiras de poder", que limitavam a esses grupos a possibilidade de posse de terras e frequência a espaços de sociabilidade do bairro, como bares e cafés, por exemplo. Por outro lado, a presença de camadas populares, com seus casebres e suas práticas, como criar porcos, vacas e galinhas, deixando-os pastar livremente pelo bairro, o cultivo de roçados e venda de seus frutos contradiziam essas fronteiras que buscavam dar um ar idílico ao bairro." (SILVA, 2015, p. 27)

Após alguns anos da inauguração da Casa de Detenção o número de fugas cresceu, assim como o número de novos presos. Conforme análise feita por Itamar de Souza (1976), a migração de pessoas do interior do Rio Grande do Norte para Natal foi crescente entre as décadas de 1920 e 1940. Ele atribuiu esse crescimento demográfico na capital do estado a fatores como: as secas que atingiam o interior do estado, e a infraestrutura urbana que estava sendo desenvolvida (eletricidade, linhas de bonde, pavimentação, etc).[3] Acredita-se que o crescimento populacional em Natal, originário de áreas rurais, tenha refletido no aumento da população carcerária na Casa de Detenção (SILVA, 2015), uma vez que as oportunidades de

projeto, o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, os presos teriam bom comportamento justamente por se sentirem sempre vigiados.

[2]SILVA, Aldenise Regina Lira da. Da Casa de Detenção à Colônia Penal "Doutor Joao Chaves": o processo de afastamento da prisão em relação espaço urbano da cidade de Natal (1940-1975). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

[3]SOUZA, Itamar. Migrações para Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1976.

residência e ocupação não foram as mesmas para todos, levando à criminalização da população urbana marginalizada[4].

O crescente número de presos e o aumento das fugas foram mais do que suficiente para que os moradores de Cidade Nova, assim como políticos opositores, requisitassem a desativação da penitenciária. A expectativa era que os presos fossem transferidos para uma nova unidade prisional que estava sendo construída no interior do estado: a Colônia Penal Agrícola Dr. João Chaves, em Macaíba. No imaginário de parte da população natalense dois problemas seriam revolvidos com isso: a prisão seria desativada e os apenados seriam afastados da cidade.

Em 1940 a nova prisão foi inaugurada, mas acabou não recebendo os presos da Casa de Detenção, que precisou ser transferida, em 1945, devido as suas inadequadas condições estruturais e de funcionamento, para o prédio onde funcionava o Orfanato Padre João Maria – também no Monte Petrópolis.

Figura 1 – Antiga Casa de Detenção de Natal, onde hoje funciona o Centro de Turismo.

Fonte: Tribuna do Norte[5]

[4]O termo "criminalização da marginalidade" é utilizado por Edmundo Campos Coelho para compreender a concomitância entre a urbanização e o aumento da criminalidade na segunda metade do século XX no Brasil (COELHO, Edmundo Campos; COELHO, Magda Prates. A oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.)

[5]Disponível em: http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/59322

Um dos objetivos da Colônia Penal Dr. João Chaves era suprir a carência do trabalho prisional, que segundo Silva (2015):

> "A Colônia Penal tornava-se objeto de propaganda do Estado Novo, num momento de forte defesa da segurança nacional, marcado também pelo discurso anticomunista. A defesa do trabalho penal, recomendado no Brasil desde os primeiros ordenamentos jurídicos criminais do Império, é reforçada no período Vargas, abarcada pela política de valorização do trabalho." (SILVA, 2015, p. 34)

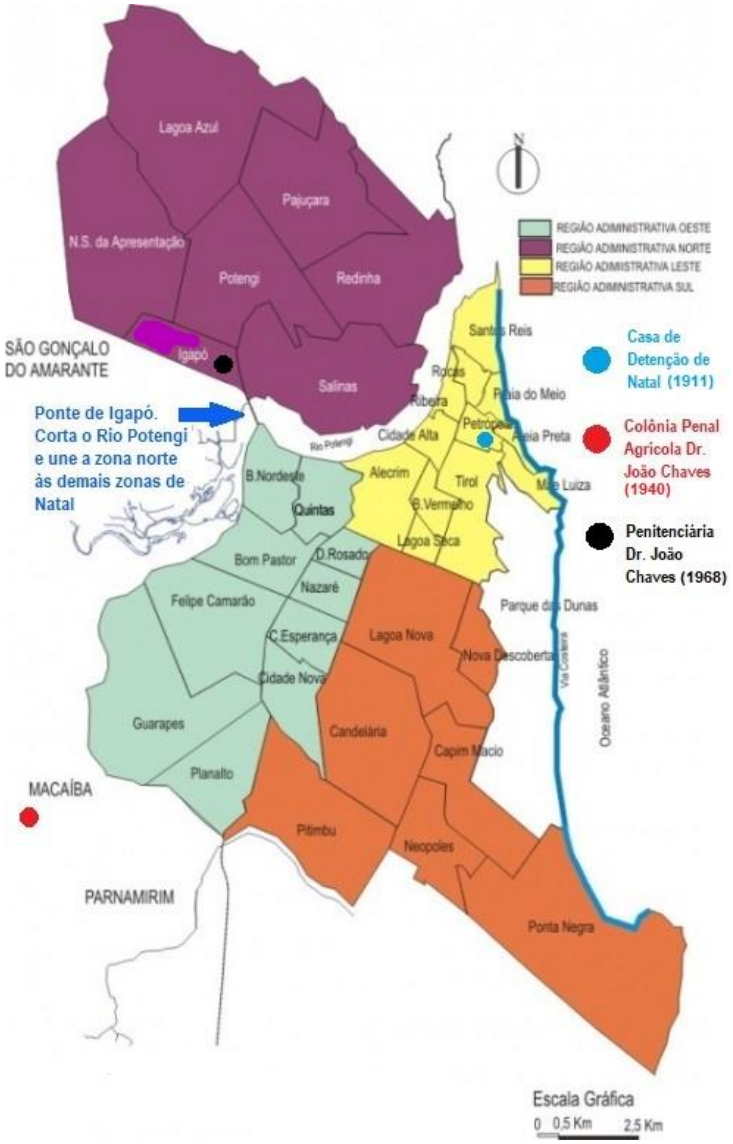
Conforme Pedroso (1997), isolar e submeter à prática do trabalho agrícola eram medidas repressivas utilizadas para lidar com o problema da crescente população marginalizada nas grandes cidades, "para aqueles vindos de fora da cidade, e que não se enquadravam aos ideais de ordem e segurança pública, a prisão serviria como válvula de escape". (PEDROSO, 1997, p. 107).

Entretanto, logo nos primeiros anos de seu funcionamento já se viam problemas: falta de instalações adequadas, fugas, ausência de viaturas e pouco contingente policial disponível. O governador da época, Sylvio Pedroza, afirmava recorrentemente em entrevistas o desejo de extinguir aquela Colônia Penal e criar outra em um local diferente.

Na década de 50 se inicia a construção da outra Colônia Penal Agrícola Dr. João Chaves, a qual foi construída longe do centro urbano de Natal, mais especificamente no bairro de Igapó – na zona norte da cidade –, ou como muitos diziam "do outro lado do rio". O governo não queria outra prisão perto da cidade, muito menos do local de moradia e trabalho das pessoas mais ricas, sendo este um dos motivos que resultaram na construção de uma prisão tão afastada. Em 1955, é inaugurado apenas o primeiro pavilhão da penitenciária, que recebeu os presos oriundos da Colônia Penal de Macaíba, mas não teve condições de comportar os presos da Casa de Detenção. (SILVA, 2015)

Somente em 1968 a Penitenciária João Chaves foi totalmente inaugurada, e em 1969 a Casa de Detenção foi definitivamente desativada, visto que os presos foram transferidos para a nova penitenciária. Logo, a João Chaves se tornou naquela época a principal unidade prisional do estado.

Figura 2 – Natal: divisão administrativa e de bairros.



Fonte: SILVA (2003)/Elaboração dos autores (2018).[6]

Como os investimentos e melhorias não acompanharam o crescimento do número de apenados, a prisão superlotou em pouco tempo, chegando a receber o triplo de sua capacidade; também cresceram os casos de doenças, fugas, suicídios, brigas e assassinatos, salientando-se o nível de crueldade e violência em algumas mortes – com decapitação e esquartejamento. Decorrente disso, a penitenciária João Chaves ficou conhecida como "Caldeirão do Diabo", sendo um símbolo de terror para a população, bem como de violência para quem trabalhava na unidade e para os presos. A penitenciária foi fechada em 2006, e hoje funciona no local o novo prédio da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

No governo de Garibaldi Alves Filho, que ocorreu de 1995 a 2002, foram formuladas políticas de melhorias para as unidades prisionais do estado com o intuito de torná-las mais seguras e equipadas, com menor lotação e visando garantir o trabalho dentro da prisão para

[6]Disponível em: SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal – RN. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

os apenados. Em meio a construção de novas unidades prisionais, bem como de ajustes nas já existentes, o sistema prisional do Rio Grande do Norte foi deixando de ser um dos mais atrasados e precários.

No entanto, nesse mesmo período há uma mudança substantiva na legislação que cria novos tipos penais e torna mais duro o sistema de punição penal[7]. Além disso, o período viu também o aumento do protagonismo da polícia militar em relação a outros atores da segurança pública, o que implicou, neste contexto histórico particular, no aumento do número de prisões em flagrante e de prisões provisórias[8]. Essas mudanças colocam em movimento um processo de superencarceramento, visto que a privação de liberdade se torna a principal forma de punição dos infratores. Contraditoriamente, o aumento gradativo da população carcerária foi acompanhado do crescimento da violência urbana, especialmente o índice de violência intencional letal.

Portanto, a penitenciária de Alcaçuz foi construída visando receber os presos da Grande Natal, visto que os presos da região oeste iam para a penitenciária Dr. Mario Negócio em Mossoró, a qual passou a ter o regime fechado, e os presos da região do Seridó iam para o mais novo presídio construído em Caicó – o Presídio do Seridó.[9] As obras da Penitenciária de Alcaçuz iniciaram em 1988, porém ficaram paradas durante muito tempo, sendo retomadas somente em 1997. De acordo com Menezes (2016):

> "Quando concluída, era previsto que a penitenciária tivesse três pavilhões masculinos, um feminino e um de extrema segurança. Previa-se também uma unidade de lazer: com quadra de esportes e campo de futebol, refeitório, cozinha, prédio da administração e para os agentes penitenciários, além de um hospital penitenciário, com enfermeiros e celas para isolamento dos presos com doenças contagiosas. Haveria ainda instalações para oficinas, como marceneiros, onde os presos teriam oportunidade para se profissionalizar. Os reclusos seriam vigiados durante 24 horas por meio eletrônico. O sistema de água e luz seria controlado pelos agentes penitenciários e o piso foi todo reforçado para evitar a escavação de túneis. Estava previsto que até mesmo para lavar as mãos, o preso teria que pedir licença ao carcereiro, que teria o controle das válvulas dos banheiros." (MENEZES, 2016, p. 93)

[7]CARVALHO, Salo. Substitutivos Penais na Era do Grande Encarceramento. In: Ruth Gauer. (Org.). Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos II. 1a ed. Porto Alegre, 2010, v. 01, p. 146-171.

[8]SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. Contemporânea: Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 1, p. 119, 2015.

[9]MENEZES, Laís Luz de. Ordem e disciplina, sentimentos e emoções: uma história da Penitenciária de Alcaçuz, 2016.

> "A nova penitenciária era considerada referência nacional pelos dispositivos de segurança máxima e respeito às condições humanas, em razão das condições que proporcionaria aos internos." (MENEZES, 2016, p. 94)

Se olharmos a construção de Alcaçuz – assim como a de outras prisões – sob a perspectiva do governo, ela foi construída para suprir a demanda de vagas do sistema prisional, garantindo assim a segurança da sociedade ao encarcerar os "marginais". Além disso, há uma crença, por parte do governo e da opinião pública, de que uma nova penitenciária colocaria fim à violência urbana e aos problemas do cárcere. Para grande parcela da sociedade, a nova prisão significava retirar das ruas as pessoas indesejadas e transgressoras das leis, assim como mandá-las para longe, não importando muito as condições em que estivessem. É como se ao retirar das ruas os infratores e colocar a penitenciária fora da cidade, os problemas deixassem de existir. O que as estatísticas mostram – como mostra a imagem adiante – é que não só o problema da violência urbana persiste, mas também surgem novos problemas decorrentes da política de superencarceramento, como por exemplo o surgimento das facções criminosas[10].

Figura 3 – Taxa de homicídios no Brasil.

Fonte: Atlas da Violência 2018/UOL[11]

[10]A relação entre encarceramento em massa e o surgimento de facções criminosas é explorada por, entre outros: MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. Revista Brasileira de Segurança Pública, vol. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.

[11]Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/com-625-mil-homicidios-brasil-bate-recorde-de-mortes-violentas.htm

Quanto aos familiares dos presos, a nova penitenciária significava incertezas, pois havia o medo do parente ser transferido e mandado para muito longe, dificultando as visitas e as notícias. Já para os presos, também havia o medo de perder a frequente visita da família, assim como do que poderiam encontrar na nova prisão. Conforme Menezes (2016):

> "Antes mesmo de ser inaugurado, o novo estabelecimento prisional já era muito comentado e temidos pelos internos da João Chaves, que temiam serem transferidos para lá, pois perderiam as regalias adquiridas, já que a nova penitenciária seria de segurança máxima." (MENEZES, 2016, p. 94)

Durante alguns meses, Alcaçuz funcionou sob controle, sem superlotação, problemas estruturais, insuficiência de agentes, ou com serviços sendo prestados dentro da penitenciária, conforme garantiu Ígor Pípolo, o primeiro diretor da instituição:

> "Alcaçuz foi concebida em momento interessante. O governo tinha intenção de acabar com o antigo Caldeirão do Diabo, como era conhecida a João Chaves. Com isso, foi criada toda uma estrutura para suportar esse novo modelo penitenciário. Na verdade, Alcaçuz teve sua construção não só na parte física, mas também na parte conceitual, na parte de infraestrutura. Eu lembro que na época um grande avanço foi uma parceria com a UFRN, que disponibilizava profissionais para fazer controle interno da evolução dos presos. Funcionava como uma comissão disciplinar com advogados, assistente social, psiquiatra e psicólogo. Então, a gente conseguia acompanhar e dar condição digna de moradia."[12] (PORTAL BO, 2011)

Ainda sobre a construção de Alcaçuz, a sua ideia ganhou forma a partir de um projeto de conclusão de curso de duas arquitetas – Lavínia Negreiros e Rosanne Azevedo de Albuquerque. A apresentação do trabalho contou com a presença de um arquiteto ligado ao governo, que gostou da ideia e levou adiante. No entanto, houve muita diferença entre teoria e prática e, segundo elas, o local da prisão não deveria ser o que foi escolhido, principalmente por ser uma área de dunas. A ideia original era que a penitenciária fosse construída em Macaíba, em um terreno privado. De acordo com Rosanne, em entrevista ao Portal G1, "Macaíba naquela época era uma cidade em desenvolvimento, mas que já tinha uma estrutura de transporte que facilitaria o acesso dos familiares".[13] (PORTAL G1, 2017)

[12]Portal BO. Primeiro diretor do presídio de Alcaçuz fala sobre o sistema prisional do Rio Grande do Norte e apresenta alguns caminhos para ressocialização. Natal, 2011. Disponível em: <http://portalbo.com/materia/Igor-Pipolo-penitenciarias-tem-que-receber-preso-ruim-e-soltar-uma-pessoa-boa/imprimir>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

[13]G1 – Rio Grande do Norte. Um mês do massacre de Alcaçuz. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/2017/1-mes-do-massacre-em-alcacuz/>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

Em 2011, devido à superlotação de presos e diversas fugas, foi inaugurado o 5º pavilhão de Alcaçuz chamado de Rogerinho Coutinho Madruga. Salienta-se que esse pavilhão tem uma direção diferente dos demais.

Acerca da localização de Alcaçuz, a penitenciária está aproximadamente 30 km de distância de Natal e 35,7 km de distância do centro de Nísia Floresta. Como define o art. 90 da Lei nº 7.210, instituída em 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execução Penal, "a penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano, em uma distância que não restrinja a visitação" (BRASIL, 1984). Conforme Mirabete (1996), esse afastamento ocorre principalmente por questões de segurança, uma vez que, na possibilidade de rebeliões e fugas, a comunidade precisa estar em repleta segurança, porém a localização do estabelecimento não deve restringir a visitação aos presos, a qual é fundamental no processo de reinserção social. Acredita-se que mesmo se a referida Lei não estivesse em vigor dificilmente uma nova prisão seria construída perto de Natal, uma vez que parte da sociedade natalense já tinha demonstrado, décadas atrás, seu desgosto quanto a isso.

De fato, Alcaçuz está afastada de Natal e do centro urbano de Nísia, no entanto está muito próxima do centro de Pium (3,9km) – distrito do município de Parnamirim. Como Pium ainda era pouco povoado na década de 1990, talvez por isso se optou pela construção da penitenciária próxima do local, entretanto destaca-se a importância de pensar na possibilidade de expansão das comunidades, distritos ou cidades, ainda mais naquela região, que na época já tinha um potencial turístico com as praias do litoral sul de Natal, diversas lagoas, bem como hotéis e resorts que se instalaram com o passar dos anos.

Em razão de Pium fazer parte de Parnamirim e a penitenciária estar afastada do centro urbano desse município, a construção de Alcaçuz naquela região não transgride a lei, mas por não mencionar sobre a construção de penitenciárias próximas a comunidades, povoados ou periferias, a Lei de Execução Penal dá margem para diferentes interpretações, assim como para arbitrariedades.

Como pode-se ver mais adiante, a penitenciária de Alcaçuz ocasionou mudanças no espaço que foi inserida, tanto territorialmente quanto socialmente, e para melhor entender esse processo se faz necessário conhecer o que já existia no lugar anteriormente a penitenciária: a comunidade de Hortigranjeira.

CIDADE HORTIGRANJEIRA

Em 1980, a cidade de Natal vivenciava um sério problema de abastecimento de produtos alimentícios. A produção do interior do estado era insuficiente para dar conta da demanda da capital, com cerca de 85% dos legumes vendidos nas feiras da cidade provenientes de outros estados brasileiros. Nesse contexto, o Governo Lavoisier Maia elaborou o projeto da Cidade Hortigranjeira no distrito de Alcaçuz, município de Nísia Floresta, nas proximidades de Natal com os seguintes objetivos:

> "Estimular a produção de hortigranjeiros na região, substituindo importações de áreas mais distantes, notadamente de fora do Estado; ampliar o suprimento de hortigranjeiros à população da capital e seu estorno, tornando-o mais nacional; aprimorar e modernizar o abastecimento, oferecendo produtos frescos, variados e de boa qualidade, protegidos por embalagens adequadas; preservar a saúde da população, utilizando águas de irrigação limpas e respeitando os períodos de carência para uso de defensivos; incorporar ao consumo amplas faixas da população impedidas de adquirir hortigranjeiros por deficiência de oferta e pelos elevados preços exercitados, decorrentes da intermediação excessiva e dos penosos custos de transferências; criar novas oportunidades de emprego e absorver força de trabalho de origem rural que aporta à cidade de Natal; estabelecer um sistema de treinamento em serviço, para os produtores de hortigranjeiros, que após períodos de vinculação ao Projeto poderão, melhor treinados e com capacidade aumentada, lançar-se à atividade em outras áreas." (QUEIROZ & HUNKA, 1985, p. 11)

A ideia original era tornar cultiváveis 185 hectares de terra e produzir cerca de 40% do que se consumia na capital. A pretensão era não só fomentar a produção local, mas também forçar a diminuição do preço dos alimentos comercializados nas feiras, tendo em vista que a proximidade com a cidade propiciaria uma relação direta entra os produtores e vendedores, eliminando assim os atravessadores.

Outro objetivo do projeto era dar condições aos trabalhadores rurais de permanecer com suas atividades agrícolas, porém em condições mais vantajosas do que no sertão. Nesse sentido, a proposta previa não só a concessão de terras irrigadas, mas também apoio técnico para a produção e vantagens nos rendimentos. A área de cultivo era perto da Lagoa de Alcaçuz, o que possibilitava um sistema de irrigação sem grandes gastos. O incentivo maior por parte do estado seria com a adubação, visto que o terreno era pobre para o plantio proposto, o fornecimento de sementes e apoio na comercialização dos produtos.

Além da área de plantio, o projeto original previa ainda um centro de seleção e padronização, onde seria feita a recepção e controle dos produtos, lavagem e embalagem. Ou seja, o intuito era que os colonos não fossem apenas produtores, mas que participassem dos outros processos até a comercialização final. Estava previsto também uma área residencial, que deveria contar com 168 residências, quadra, escola, Centro Social e mercearia, tudo com infraestrutura de energia elétrica e água potável.

No ano de 1985 a Cidade Hortigranjeira contava com 22 famílias, todas originárias do Rio Grande do Norte à exceção de uma. Vale ressaltar que todas as famílias possuíam três ou mais filhos, que em sua maioria ajudavam nas atividades produtivas. Importante ressaltar que os colonos recebiam salários e percentual por produtividade, ainda que sem carteira de trabalho assinada. Nesse momento, havia uma quadra com 26 casas e cada uma contava com sala, quarto, cozinha, banheiro e quintal. As relações de trabalho, produção e comercialização ainda não estavam estabelecidas, marcadas pela baixa remuneração e insatisfação dos

colonos. As casas não pertenciam aos trabalhadores, que também não tinham direito a fazer reformas, criar animais e plantar no quintal. (QUEIROZ & HUNKA, 1985)

Com o tempo novos colonos chegaram, os que permaneceram conseguiram a posse da terra. Hoje circula nas ruas animais domésticos, filhos e netos dos colonos, além de outras pessoas que não tem relação direta com a história da Hortigranjeira. A escola permanece, há um posto de saúde que atende duas vezes por semana e uma linha de linha de ônibus que vai para Natal três vezes ao dia. A penitenciária de Alcaçuz foi construída no lugar do campo de futebol da comunidade, mesmo com a contestação da Associação local. Apesar de ser uma comunidade tranquila, a instalação do presídio tem modificado espacialmente a comunidade e os hábitos dos moradores.

Um ponto que chama a atenção nas duas histórias descritas é que a cidade, por conta da incapacidade de lidar com seus problemas, relega aos espaços periféricos o papel de receptáculo de suas mazelas. No caso da Cidade Hortigranjeira, se reproduz a concepção de cinturão verde, onde o campo está subordinado à cidade. A resposta imediatista ao problema de abastecimento da capital potiguar resultou em um projeto apressado, de viabilidade técnica duvidosa, visto que a área escolhida, apesar de próxima a cidade, era de solo pobre o que demandava uma forte atuação do estado para viabilizar a produção.

Os colonos mais antigos revelam as dificuldades que tinham no início da empreitada da Cidade Hortigranjeira. O terreno inóspito, a mata fechada e a ausência de laços sociais foram dificuldades que gradativamente foram superadas. Se a criação de cinturões verdes foi a tônica da ação do Estado a partir dos anos de 1960 para suprir a demanda de crescimento das cidades, no sul e sudeste tal ação foi acompanhada de fortes investimentos em tecnologia e na promoção do aumento da produtividade, o que não ocorreu no Rio Grande do Norte com a mesma intensidade.

O incremento tecnológico se baseava quase que exclusivamente na utilização de defensivos químicos e no uso intensivo da mão de obra familiar. Além disso, a produção que ocorria a uma distância considerável da cidade colocava o problema da dependência do transporte para escoar a produção. Se a questão ambiental não era a principal preocupação na criação da Cidade Hortigranjeira, a manutenção da produção levou a um uso intensivo do solo e dos recursos hídricos.

A Cidade Hortigranjeira permaneceu produzindo até os anos de 1990 e gradativamente foi se expandindo na medida em que os filhos dos colonos passaram a constituir família. Mesmo com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos no entorno de Hortigranjeira, a comunidade manteve um certo isolamento da capital e hábitos camponeses. A chegada da penitenciária de Alcaçuz é um fato que altera a dinâmica socioespacial da comunidade.

OS IMPACTOS EM TER A PENITENCIÁRIA DE ALCAÇUZ COMO VIZINHA

Quando um local recebe uma Instituição como a prisão ele também recebe a sua conjuntura, tais como: fiscalização do Estado no entorno da edificação, circulação de visitantes, visibilidade pela mídia, investimentos públicos, influxos de comunicação e transportes, e a presença dos familiares dos presos. Quanto a estes, essa presença pode ser apenas nos dias de visita ou de forma contínua – quando os parentes moram no lugar. Frisa-se que mesmo quando a moradia no local é estabelecida ela também pode ser vista como temporária, uma vez que a família pode permanecer na comunidade apenas durante o cumprimento da pena pelo seu parente.

É comum alguns familiares se mudarem para as proximidades da penitenciária com o intuito de manter a família mais próxima; para economizarem nos gastos com os deslocamentos das visitas – principalmente os que moravam no interior do estado; ou por estarem envolvidos com alguma facção criminosa. Salienta-se que algumas relações podem ocorrer de forma opressora, com ameaças e manipulações do apenado ao parente para que as visitas continuem, e os produtos e informações cheguem até ele.

Em conversa com moradores mais antigos da comunidade de Hortigranjeira foi mencionado que há casas "novas" no local e que elas são de "gente de fora", podendo ser sendo, ao que tudo indica, de pessoas que se mudaram devido a relação com algum preso.

Quanto à presença contínua do Estado na sua forma ostensiva – os policiais –, alguns moradores gostam, pois segundo eles isso torna a comunidade mais segura. Essa presença se estende a eles com a observação do entorno da prisão através das guaritas; pela circulação de viaturas; ou quando ocorrem fugas e os policiais fazem buscas pelas ruas da comunidade. Ainda sobre essas intervenções, um fato que chamou atenção foi o da instalação dos bloqueadores de celulares em Alcaçuz, pois os moradores também ficaram sem comunicação por aproximadamente um mês – o que foi bastante criticado por eles. O sinal das operadoras só foi restabelecido quando a energia dos bloqueadores foi cortada.[14]

A segurança propiciada pela vigilância constante também é relativa. Em 2008[15] um jovem de Hortigranjeira foi morto em uma ação policial que procurava por assaltantes, o fato deixou a comunidade abalada, visto que era uma pessoa muito querida por todos. Tendo em vista que o presídio já foi alvo de várias fugas, o espaço da comunidade passa a ser visto como rota de fuga ou esconderijo temporário. Assim sendo, os moradores passam a condição de suspeitos[16].

Casos como esse ilustram bem como os problemas da cidade se expandem para as áreas mais afastadas, pois até mesmo pelo crescimento de Nísia Floresta, de Pium e das praias próximas a comunidade, novos costumes, trabalhos, rotinas e relações entre as pessoas foram transformados. Em visita à Hortigranjeira foram percebidas construções residenciais

[14]Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vizinhos-levam-vida-pacata-e-afirmam-que-vivem-em-segurana-a/369759

[15]Disponível em: http://nominuto.com/noticias/policia/morte-em-pium-comunidade-fica-revoltada-com-assassinato-de-universitario/22909/

[16] O "contágio" de toda vizinhança pela presença de criminosos é analizado em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Vida sob cerco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

heterógenas, com casas de diferentes tamanhos e estruturas (algumas com muros mais baixos, portão eletrônico ou cerca elétrica); um fluxo de carros (provavelmente com turistas) em direção às lagoas da região; um templo (Siddha Ashram do Brasil) para meditação, yoga e outras práticas espirituais; o uso de celulares; jovens pilotando motos; entre outros elementos.

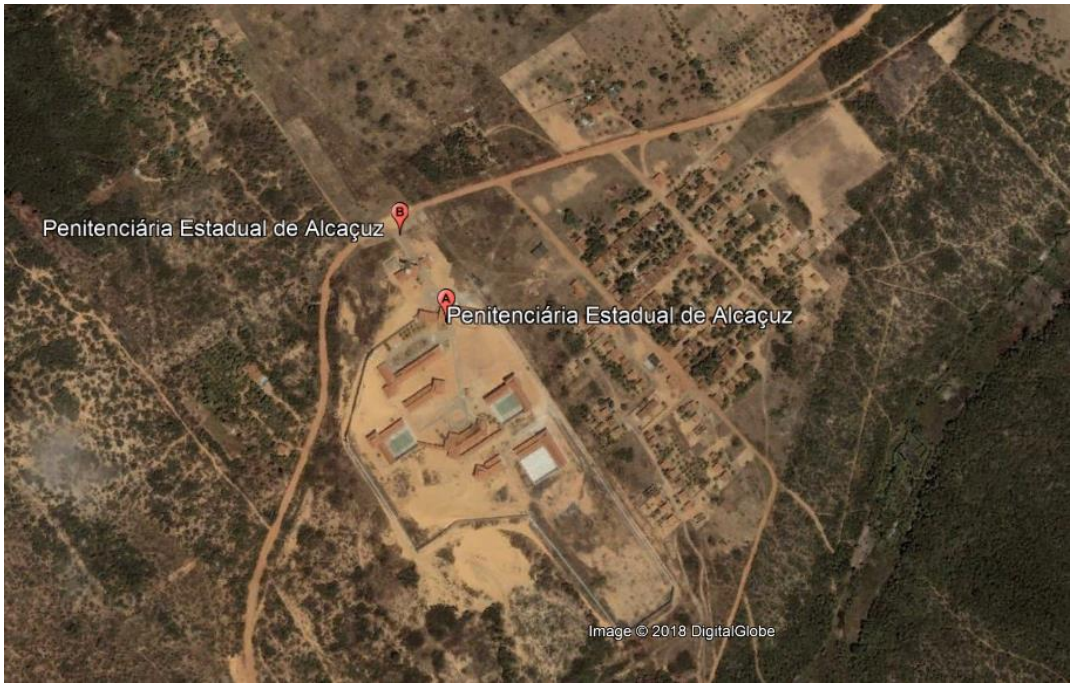
Seja dentro ou fora dos muros, o comércio informal também está entre as muitas coisas geradas por uma prisão. Próximo aos portões de Alcaçuz há estruturas improvisadas de barracas e lonas que são usadas nos dias de visita para venda de comidas e produtos; também se observou muitos mercadinhos, que além de servirem aos moradores da comunidade servem aos visitantes do presídio; além da existência de casas ou quartos que são locados para os familiares visitantes – sendo uma espécie de Airbnb[17].

Necessário mencionar também que antigos moradores de Hortigranjeira mudaram para as cidades próximas, seja por não se identificarem com o cotidiano da comunidade, para trabalharem ou estudarem na cidade, ou por outras oportunidades encontradas. Em conversa com um dos colonos mais antigos de Hortigranjeira ele mencionou que os filhos não quiseram dar continuidade a agricultura, e uma tornou-se professora e o outro policial.

Em outro diálogo, com um casal de moradores que chegaram na comunidade por volta de 1986, ambos afirmaram que muitos dos filhos dos colonos não gostam de cuidar das terras e deixam de lado a atividade, além de que a falta de investimento do Governo, assim como a ausência de condições para manter a atividade, enfraqueceram a organização e atuação da associação que foi formada por eles há muitos anos. Nesse sentido, é interessante perceber que mesmo com a saída dos mais jovens a comunidade tem crescido, como podemos perceber nas figuras a seguir.

Figura 4 – Foto de satélite da Penitenciária Estadual de Alcaçuz e da Comunidade de Hortigranjeira em 2002.

[17]Plataforma online de aluguel de hospedagem em todo o mundo, em que se consegue alugar, por diária, uma casa/apartamento completo ou apenas um quarto.



Fonte: Google Earth Pro/Elaboração dos autores (2018).

Figura 5 – Foto de satélite da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em 2011, após a inauguração do 5º pavilhão.

Fonte: Google Earth Pro/Elaboração dos autores (2018).

Figura 6 – Foto de satélite da Penitenciária Estadual de Alcaçuz e da Comunidade de Hortigranjeira em 2018.

Fonte: Google Earth Pro/Elaboração dos autores (2018).

Ressalta-se que Hortigranjeira é uma comunidade pacata, com poucas ruas pavimentadas, onde as pessoas circulam majoritariamente a pé, e os animais andam livremente, porém nos dias em que a penitenciária está "virada", isto é, em rebelião, a comunidade ouve os gritos, tiros, bombas etc. Foi isso que ocorreu em janeiro de 2017, quando aconteceu a pior rebelião que Alcaçuz vivenciou. Os familiares dos presos, principalmente as mulheres, foram para frente da prisão pedir por notícias, protestar contra o descaso à situação que seus companheiros já vinham enfrentando, e gritar por socorro, sofrendo repressão desproporcional por parte das forças de segurança pública.

A comunidade de Hortigranjeira, que está separada dos apenados apenas por um muro, viu sua tranquilidade se esvair durante os longos dias da rebelião, assim como os que a sucederam. Quem também sofreu com a rebelião e com a repercussão foi o turismo da região, principalmente o da Lagoa de Alcaçuz. Conforme uma entrevista realizada pelo jornal Tribuna do Norte (2017) com o guia turístico Lucas Vinicius, antes da rebelião cerca de trinta quadriciclos eram alugados para o passeio na lagoa de Alcaçuz, mas depois de poucos dias do ocorrido somente oito quadriciclos conseguiam ser alocados. De acordo com o guia "as pessoas quando ouvem esse nome [Alcaçuz] se assustam e não querem vir aqui. Os turistas não queriam ficar aqui, catavam as coisas e só queriam ir embora." (TRIBUNA DO NORTE, 2017)[18]

[18]Disponível em: http://especiais.g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/2017/1-mes-do-massacre-em-alcacuz/

Como já mencionado antes, esses são alguns dos problemas em construir uma penitenciária próxima de comunidades, assim como de locais com potencial turístico. Alcaçuz, assim como tantas outras prisões pelo Brasil, tem o agravante da ausência de comunicação do governo com os moradores. Segundo um dos primeiros moradores do assentamento, as autoridades não consultaram a opinião deles sobre a construção, nem mesmo mostraram alternativas para compensá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se refletir acerca dos impactos sobre a vida urbana decorrentes da política prisional – mais especificamente, a alocação de unidades prisionais para as franjas da cidade. Buscou-se entender as consequências da presença do presídio de Alcaçuz na comunidade de Hortigranjeira, na periferia da região metropolitana de Natal. Os antecedentes da política prisional norte-riograndense já apontavam para a tendência a distanciar, cada vez mais, as unidades prisionais dos centros urbanos, impactando a vida dos moradores de diversas formas. Entre esses impactos, cita-se a presença cada vez maior das famílias de presos no cotidiano da cidade, o surgimento de um comércio informal ligado às visitas, o prejuízo às atividades turísticas e o aumento da insegurança e da violência. Resta ainda compreender impactos ligados a mercados como o de drogas e o imobiliário, além dos efeitos produzidos pela maior circulação de agentes prisionais na cidade.

Entende-se que os impactos negativos gerados pela construção de Alcaçuz e do Pavilhão 5 na comunidade de Hortigranjeira têm a ver com a desarticulação entre política prisional e política de urbanização. Sobretudo, o principal problema que aparece é a exclusão política dos moradores de Hortigranjeira, que ficam à margem das decisões que afetam seus cotidianos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. *Institui a Lei de Execução Penal*. Brasília, DF, julho 1984.

CARVALHO, Salo. Substitutivos Penais na Era do Grande Encarceramento. In: Ruth Gauer. (Org.). *Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos II.* 1a ed. Porto Alegre, 2010, v. 01, p. 146-171.

COELHO, Edmundo Campos; COELHO, Magda Prates. *A oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade.* Rio de Janeiro: Record, 2005.

E-Turismo. *Centro de Turismo será reformado e ampliado. Ganhará Museu do Artesanato*. Disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/59322>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Vida sob cerco.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista Brasileira de Segurança Pública,* vol. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.

MENEZES, Laís Luz de. *Ordem e disciplina, sentimentos e emoções: uma história da Penitenciária de Alcaçuz* / Laís Luz de Menezes. – 2016. 207 f.: il.

No Minuto.com. *Morte em Pium: comunidade fica revoltada com assassinato de universitário.* Disponível em: <http://nominuto.com/noticias/policia/morte-em-pium-comunidade-fica-revoltada-com-assassinato-de-universitario/22909/>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

PEDROSO, Célia Regina. Utopias penitenciárias: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. In: *Revista de História.* Nº 136, FFLCH-USP: 1º sem. 1997. (p.121-137).

Portal BO. *Primeiro diretor do presídio de Alcaçuz fala sobre o sistema prisional do Rio Grande do Norte e apresenta alguns caminhos para ressocialização.* Natal, 2011. Disponível em: <http://portalbo.com/materia/Igor-Pipolo-penitenciarias-tem-que-receber-preso-ruim-e-soltar-uma-pessoa-boa/imprimir>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

Portal G1 – Rio Grande do Norte. *Um mês do massacre em Alcaçuz.* Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/2017/1-mes-do-massacre-em-alcacuz/>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

QUEIROZ, Francineide Fernandes de; HUNKA, Maria de Lourdes de Azevedo. *A mão-de-obra utilizada na cidade hortigranjeira de Natal* / Francineide Fernandes de Queiroz; Maria de Lourdes de Azevedo Hunka. - Natal, RN, 1985. 44 f.: il.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. *Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal – RN.* Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SILVA, Aldenise Regina Lira da. *Da Casa de Detenção à Colônia Penal "Doutor Joao Chaves": o processo de afastamento da prisão em relação espaço urbano da cidade de Natal (1940-1975).* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea: Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar,* v. 5, n. 1, p. 119, 2015.

SOUZA, Itamar. *Migrações para Natal.* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1976.

Tribuna do Norte. *Vizinhos levam vida pacata e afirmam que vivem em segurança.* Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vizinhos-levam-vida-pacata-e-afirmam-que-vivem-em-segurana-a/369759>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

UOL. *Com 625 mil homicídios, Brasil bate recorde de mortes violentas.* Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/com-625-mil-homicidios-brasil-bate-recorde-de-mortes-violentas.htm>. Acesso em 17 de nov. de 2018.